

Saberes e sabores do Pequi: um estudo de caso na Amazônia Legal Brasileira.

Valtuir Soares Filho¹

José Fernando Bezerra Miranda²

Lidiane Santos Silva³

RESUMO

Relatos históricos apresentam os produtos florestais não madeireiros - PFNM como uma das fontes de exploração de renda mais antigas da humanidade e, nas últimas décadas, tal extração se dá como alternativa de desenvolvimento ambiental, social e econômico. O pequi - *Caryocar brasiliens* é um fruto comum no cerrado brasileiro, comercializado em feiras livres e estradas. O trabalho apresenta o potencial da comercialização do pequi numa feira livre de Palmas /TO capital do Tocantins, na Amazônia Legal, com o objetivo de identificar a cadeia produtiva do pequi e seus produtos derivados. Acredita-se que uma das maneiras mais significativas de consumo do Pequi é o alimentício, onde a polpa pode ser aproveitada de diversas maneiras; contudo, sabe-se que no pequi está agregado um conjunto de atividades que vai desde a coleta até o seu beneficiamento, comercialização e consumo. Apesar toda uma cadeia produtiva à qual o mesmo pode estar envolvido, a principal forma de comercialização observada foi o fruto *in natura*, onde os feirantes se colocam como responsável pela coleta e transporte até a feira. Observou-se também que, o pequi é um fruto típico da região, mas somente 10% dos feirantes apontam o pequi como principal responsável pela da renda familiar.

Palavras chaves: Pequi; PFNM; Economía Popular, Desenvolvimento Local.

1. INTRODUÇÃO

Considerando contexto atual da economia do país, onde o cenário é instável decorrente de fatores externos e principalmente nacionais; entre idas e vindas de recessões, os brasileiros buscam outros caminhos, para esquivar-se de crises que podem comprometer a renda de suas famílias.

Exemplo disso é a submissão ao comércio informal, entre os quais se destaca a comercialização de produtos florestais não madeireiros – PFNM's, usado como muitos como complemento e, até mesmo como fonte de renda das famílias. Nessa perspectiva, o presente

¹ Professor Pesquisador do Unicatólica- Católica do Tocantins. Doutorando em Ciências e Meio Ambiente na Univates-RS. Residente a Quadra 1003 Sul, Alameda 25 QI 12 Lote 13- Palmas-TO. valtuir@catolica-to.edu.br

² Professor Pesquisador do Unicatólica- Católica do Tocantins. Mestre em Educação na UFT-TO. Residente à Quadra 403 Sul, Alameda 28 QI 2 Lote 19 – Palmas-TO. jose.miranda@p.catolica-to.edu.br

³ Professora Pesquisadora do Unicatólica- Católica do Tocantins. Mestre em Ciências da Religião pela FUV - ES.. Residente à Quadra 403 Sul, Alameda 28 QI 2 Lote 19 – Palmas-TO. lidiane.ssilva@p.catolica-to.edu.br

trabalho faz uma abordagem quanto ao potencial da comercialização do pequi, a partir de um estudo de caso na feira livre da quadra 304 Sul no Município de Palmas - TO.

Percebe-se a importância dada ao pequi por parte dos feirantes, entretanto, por se tratar da venda do produto *In natura*, o mesmo, segundo depoimento dos feirantes, só é comercializado em determinado período do ano fazendo com que a contribuição do mesmo para a renda familiar, se aproxime do percentual de 10% do total. Diante do exposto, cabe aqui o questionamento: de que forma o a comercialização do pequi como PFNM pode contribuir na composição de renda das famílias que o comercializam na feira livre da 304 Sul?

Na tentativa de responder o questionamento, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar a cadeia produtiva do Pequi, nas feiras livres da cidade de Palmas. Para alcançar tal objetivo, procurou-se identificar o local de origem do pequi comercializado na feira livre da da quadra 304 Sul na Cidade de Palmas – TO, seus subprodutos, bem como as potencialidades e limitações da comercialização do pequi e seus derivados a partir do levantamento “*in loco*”.

Tal pesquisa justifica-se pelo contexto atual da economia do país, num cenário instável decorrente de fatores externos e principalmente nacionais; entre idas e vindas de recessões, o brasileiro busca alternativas para esquivar-se de crises que podem comprometer a renda de suas famílias, onde, os PFNM's, principalmente o Pequi passa a ser visto como fonte alternativa de renda em determinado período do ano.

Para o suporte da pesquisa e o alcance de seus objetivos foi realizado um levantamento bibliográfico, considerando autores como Silva (2011), Shanley (2005), Sebrae (2016), MDA, (2009), entre outros. Segundo Marconi e Lakatos (1992) é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”, além da pesquisa de campo, onde, em contato direto com os feirantes, observou-se a realidade de cada um, potencialidade, limitações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Muito tem se discutido a respeito de economias alternativas, onde cidadãos e cidadãs têm buscado nas mais diversas formas, recursos financeiros para o suprimento de suas necessidades. Exemplo disso é a utilização de Produtos Florestais Não Madeireiros como complemento de renda ou, até mesmo, parte principal da renda familiar.

Para que se entenda tal processo, faz-se necessário um aprofundamento quando aos aspectos financeiros e meios de produção que envolve a composição financeira das famílias que usam os PFNM's para complementação e, até mesmo, como única fonte de renda, a começar por uma abordagem sobre os produtos florestais não madeireiros, tendo como referência o pequi e toda a sua cadeia produtiva, além de possíveis políticas públicas que busquem atender essa camada da sociedade.

2.1 A economia informal

Segundo Krein e Araújo (2014, p.05) “o termo “setor informal” foi utilizado pela primeira vez em 1972 no relatório do Quênia, elaborado pela OIT [...] que identificava esse setor com atividades de baixa produtividade, ou ainda, não tipicamente capitalistas”.

Para Barbosa (2011) citado por Peres (2015, p.275) a economia informal passa a ser entendida como “todas as formas de trabalho remunerado que não estão plenamente reguladas

pela legislação social e trabalhista, assim como o trabalho não remunerado em atividades que gerem renda”.

Para Ulysea (2006, p. 597) na economia informal compreende “a soma dos trabalhadores sem carteira e conta própria, ou mesmo como o conjunto de trabalhadores que não contribui para a previdência social”.

No mercado da informalidade merece atenção a comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNM, os quais ganham espaços em feiras livres no município de Palmas - TO.

2.2 Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNM

Superada a percepção preconceituosa emitida por determinados conceituadores, a economia informal se expande a cada dia, abrindo espaço para o crescimento econômico de muitas famílias que não tiveram oportunidade no mercado formal.

Exemplo disso é a extração de produtos florestais não madeireiros principalmente no Brasil, os quais, segundo Fiedler, Soares e Silva (2008, p.01) “tem apresentado, a cada dia, grande importância social, econômica e ambiental, já que atua prioritariamente em pequenas propriedades e preserva parte importante da biodiversidade das florestas nativas”.

Segundo Shanley (2005, p.21) “Os PFNMs também fazem parte de grandes mercados regionais e internacionais, e, durante séculos, produtos como especiarias, plantas medicinais, fragrâncias e resinas estimularam viagens de exploração e sustentaram rotas comerciais em todo o mundo”.

Apesar do reconhecimento dessa importância dos PFNM manifestada por Shanley em 2005, desde o final da década de 90, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (1998) já reconhecia a viabilidade e poder econômico dos PFNM. Neste período já existia o questionamento sobre o extrativismo, onde a discussão era saber se esse processo era atrasado ou moderno.

Diante da importância apontada, cabe aqui o questionamento: o que são Produtos Florestais Não Madeireiros? Calderon (2013) conceitua PFNM todos aqueles que são extraídos da floresta e que não são madeira, tais como: folhas, frutos, fibras, palhas, sementes, óleos, resinas, gomas, borrachas, plantas medicinais, cogumelos, entre outros.

Bentes-Gama (2006) diz que além dos produtos acima, os PFNM são: extratos, cipós, cortiças e taninos, todos eles existentes na Região Amazônica que são extraídos, eliminados ou substituídos no processo de desmatamento.

Dentre os PFNM destaca-se o pequi, um dos frutos mais extraídos e consumidos em Palmas – TO, considerado um PFNM oriundo do cerrado.

2.2.1 O Pequi

O Pequi, cientificamente conhecido como *caryocar brasiliense* é uma fruta típica do cerrado brasileiro, e segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2016) o uso mais significativo é o alimentício, cuja polpa pode ser aproveitada de diversas maneiras. É feita a extração de óleos para fabricação de cosméticos e produção de licores. Além disso, é possível entender que sua madeira é de ótima qualidade, alta resistência e boa durabilidade.

Além do SEBRAE, a própria Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2013) elucida a relevância socioeconômica do Pequi. Deste modo, justifica-se os atuais estudos do óleo extraído da fruta, para alternativa em potencial na produção de biocombustível. E também, a comercialização desta fruta envolve um conjunto de atividades, que vai da coleta do fruto, o transporte e beneficiamento até chegar à comercialização e o consumo, tanto do fruto in natura quanto dos produtos derivados. Outrossim, destaca-se o cunho social, pois em alguns estados, a exemplo de Tocantins, há a agricultura familiar, cuja fonte de renda é advinda da produção e comercialização informal do pequi.

Há uma verdade quanto à importância social e econômica, social pois, o pequi integra-se às tradições, alimentação e até músicas de muitas comunidades rurais, e atualmente, o fruto é muito apreciado também nas cidades como Palmas; onde alguns pratos típicos são preparados utilizando a polpa, que tem sabor e cheiro típicos.

Além do produto in natura, existe a comercialização dos seus subprodutos, para isso, dá-se a importância de conhecer a cadeia produtiva, do Pequi para assim manter a perenidade da cultura do pequi.

2.3 Conceitos de cadeia produtiva

Existem várias formas para definir uma cadeia produtiva. Porém, faz-se necessário que se entenda que, tais conceitos variam de acordo com o objeto a ser estudado. Diante do exposto, vários autores trazem o conceito de cadeia produtiva e fluxogramas voltados para determinados produtos de acordo com o interesse de pesquisa.

Cabe aqui o questionamento: o que realmente seria a cadeia produtiva? Segundo Gulias, et. al. (2008), a cadeia produtiva é a corrente de atividades articuladas e integradas desde a pré-produção (extração e/ ou manuseio da matéria-prima) e vai até o consumidor final.

O MDA (2009) traz uma concepção um pouco mais completa sobre a Cadeia Produtiva; e ainda denomina, Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade. Ela por sua vez é um sistema integrado, composto por agentes interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com traz uma identidade cultural e incorpora valores e saberes locais, garantindo a distribuição justa e igual dos seus benefícios.

Para Coelho (2010) “a cadeia produtiva envolve todas as etapas da produção de um bem, desde o planejamento e design do mesmo até que ele esteja entregue ao consumidor. Além disso, podemos dizer que cadeia produtiva sustentável”.

Deste modo, entende-se que conhecer a cadeia produtiva denota o acompanhamento do início ao fim de um processo; ou seja, acompanhar todo o caminho percorrido pelo produto, fazendo uma análise de todas as possíveis oportunidades e as falhas de todos os elementos dessa cadeia.

O blog gestão do campo argumenta que a definição mais simples e abrangente seja a de que a cadeia produtiva de um bem ou serviço seja um conjunto de agentes econômicos que possuem parte relevante de seus negócios na produção desse determinado produto ou serviço. O mesmo aponta que, dentro de uma cadeia produtiva típica podem ser visualizados no mínimo quatro mercados com diferentes características: Mercado entre os produtores de insumos e os produtores rurais, Mercado entre os produtores rurais e a agroindústria, Mercado entre a agroindústria e distribuidores, e finalmente, Mercado entre distribuidores e consumidores finais.

O apontamento feito pelo blog ajuda no melhor entendimento do apontamento feito por Batalha (1997), o qual consegue visualizar a cadeia produtiva como a soma de todas as operações de produção e comercialização que foram necessárias para passar de uma ou várias matérias-primas de base a um produto final, isto é, até que o produto chegue às mãos de seu usuário, seja ele um particular ou uma organização.

A cadeia produtiva, nessa perspectiva, passa a ser mais bem entendida, principalmente a partir das palavras de Castro et al. (1996), citados por Silva (2011), os quais apresentam como conceito da mesma, o um conjunto de componentes interativos, compreendendo desde os provedores de serviços e insumos, sistemas produtivos, processamento e transformação, distribuição e comercialização, até os consumidores finais de produtos e subprodutos.

3. METODOLOGIA

Foi aplicado junto aos feirantes da feira popular da Quadra 304 Sul (Espaço Popular Mario Bezerra Cavalcante), bairro da Cidade de Palmas/TO capital do Tocantins, estado da região Norte, na Amazônia Legal brasileira para se identificar como pequi influencia na renda familiar dos feirantes que o comercializam. O conceito de Amazônia Legal foi estabelecido pelo governo brasileiro como forma de promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais. Seus limites territoriais tem um viés sociopolítico e não geográfico, ou seja, não são definidos pelo bioma Amazônia – que ocupa cerca de 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos -, mas pelas necessidades de desenvolvimento identificadas na região. A Amazônia Legal corresponde a 61% do território brasileiro, abriga o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal matogrossense. Ela engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Apesar de sua grande extensão territorial, a região é pouco populada com, vazios demográficos. Nos nove estados residem 55,9% da população indígena brasileira, cerca de 250 mil pessoas, segundo a FUNASA (2019).

Para obtenção das informações, optou-se como instrumento a pesquisa semiestruturada aplicada por meio de uma entrevista no mês de outubro de 2019 e teve a participação de 7 (sete) feirantes, o que corresponde a 100% dos feirantes que comercializam o pequi ou algum produto derivado. Nota-se que a feira é composta por vários feirantes e com vários produtos comercializados, mas como recorte dessa pesquisa optou-se por trabalhar com apenas aqueles que comercializam o pequi ou um subproduto dele.

Os dados coletados foram tabulados por meio do aplicativo Excel, levando em conta as opiniões dos pesquisados através de figuras e posteriormente feita à análise das opiniões, levando em consideração a fundamentação teórica.

4. RESULTADOS

Para se relatar sobre a comercialização de produtos específicos na feira da 304 Sul, faz-se necessário que se entenda o contexto histórico no qual a mesma esteja inserida. De

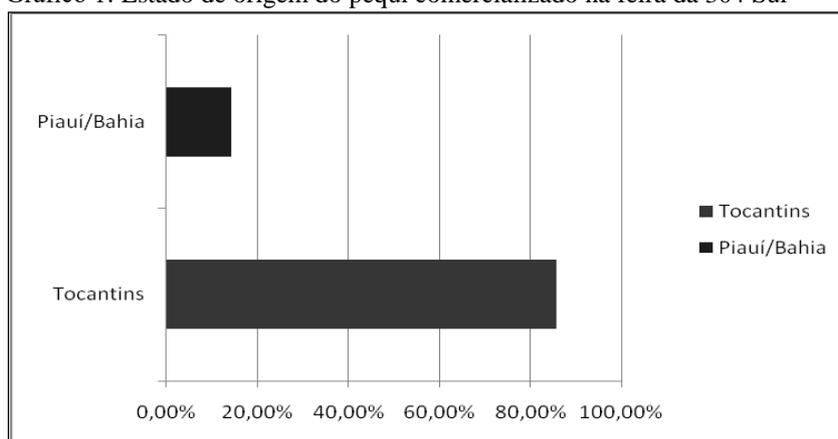
acordo com a Superintendência de Feiras da Secretaria de Desenvolvimento Rural, em matéria no Portal da prefeitura de Palmas (2019), assim como as demais, a feira da 304 Sul começou com um pequeno galpão de aproximadamente 1.500m². “Hoje sua estrutura imponente de 4.235m², com 150 barracas construída numa área total de mais de 19 mil m², revela o espaço que foi reinaugurado em 2008 e recebeu o nome Espaço Popular Mário Bezerra Cavalcante”.

A mesma se tornou referência para Palmas pela comercialização de sua diversidade, dentre as quais destaca-se a comercialização de PFM's, entre os quais destaca-se o pequi, produto típico do cerrado brasileiro.

Segundo Araguaia (2019, p.01), o pequi pode ser encontrado em toda a região Centro Oeste (considerada a capital da fruta), além de estados da Região Norte, Nordeste e Sudeste, abrangendo os estados de Rondônia, Minas Gerais, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia e Ceará.

Diante da expansão geográfica na qual o pequi está inserido, a pesquisa procurou saber a origem do pequi comercializado na feira da 304 Sul na cidade de Palmas – TO, obtendo a seguinte proporção.

Gráfico 1: Estado de origem do pequi comercializado na feira da 304 Sul



Fonte: Pesquisa de Campo

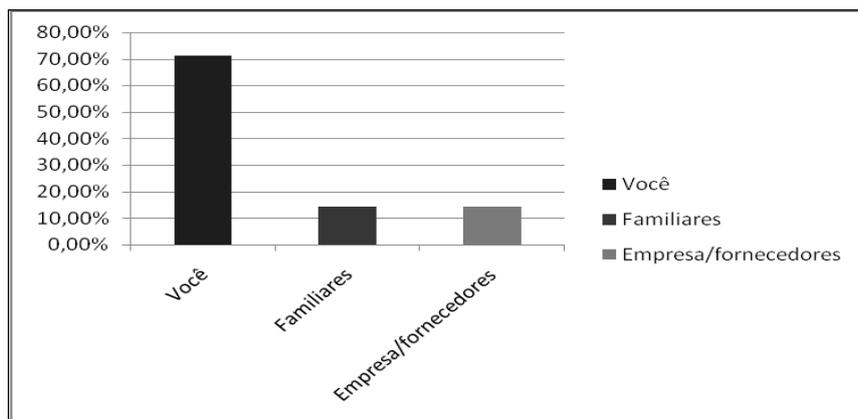
O gráfico mostra que 85,7% do pequi comercializado na feira livre da 304 Sul é oriundo do próprio Estado do Tocantins, evidenciando assim a potencialidade de produção do mesmo no próprio Estado.

É importante que se entenda que a comercialização do pequi no Estado do Tocantins, o mesmo passa a ser visto como um potencial turístico em determinada região do Estado. Exemplo disso é o festival do pequi no Município de Talismã – TO, o qual, segundo site oficial (2017) do Município supracitado, completou seu 16º ano em 2016, fazendo do pequi uma festividade cultural.

Segundo o mesmo, “o evento conta com diversas apresentações artísticas, uma estrutura tecnológica ainda maior e uma divulgação que superará todas as demais” (TALISMÃ, 2017, p.01).

Diante do apontamento, procurou-se saber quem é o responsável pela coleta do pequi vendido na feira da 304 Sul, tendo como resultado a seguinte resposta: 71,4%

Gráfico 2: Responsável pela coleta do pequi comercializado na feira da 304 Sul



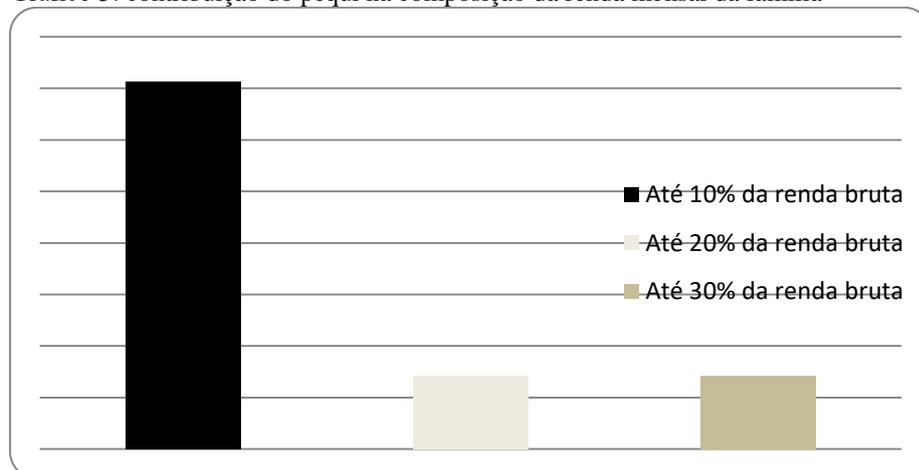
Fonte: Pesquisa de Campo.

O resultado aponta para uma produção tipicamente familiar, não apresentando sinais de comercialização mais incisiva. Evidenciando assim uma produção bem pontual em um período bem específico do ano.

Segundo Oliveira Scariot (2011) citado por Afonso; Angelo e Almeida (2015, p.50), “na região norte de Minas, a renda média (valor bruto) de uma família que trabalha com o pequi, [...] pode corresponder a 5,5% da renda anual familiar”.

Diante do apontamento dos autores supracitados, procurou-se saber qual a contribuição do pequi na composição da renda mensal da família. 71,4% apontam para um percentual de 10%, 14,3% para um percentual de 20% e 14,3% para um percentual de 30% de sua renda familiar mensal.

Gráfico 3: contribuição do pequi na composição da renda mensal da família



Fonte: Pesquisa de Campo.

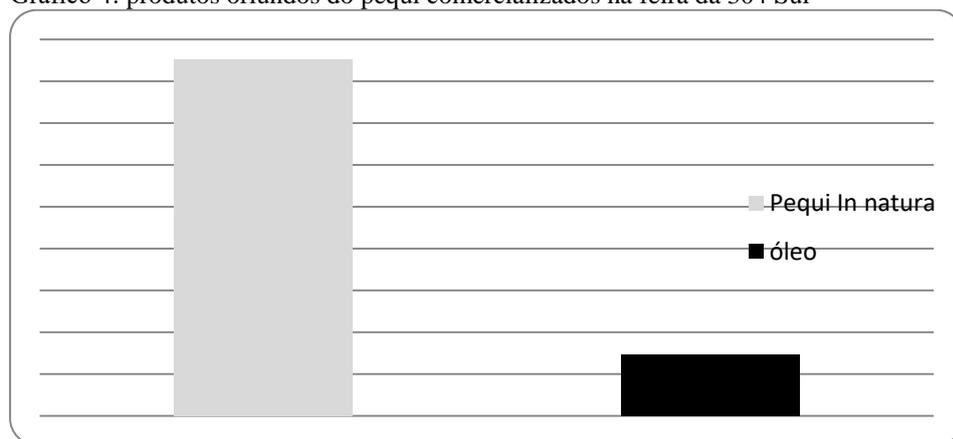
O percentual muito baixo quanto à composição na renda das pessoas deu origem a um novo questionamento: Existe algum mês do ano que a comercialização do pequi seja a única fonte de renda da família e 100% dos entrevistados apontaram que não.

Diante do resultado, procurou-se saber de que forma a família mantém a sua renda mensal nos meses em que não se coleta o pequi, visto que alguns apontaram que a coleta do mesmo se dá exclusivamente no mês de outubro.

Os mesmos apontam o pequi apenas como uma fonte alternativa adicional e não exclusiva da família, além de alguns apontarem que a família membros da família trabalham formalmente, além da venda de outros produtos na própria feira. Não sendo o pequi, em momento algum, considerado como renda exclusiva da família e sim como alternativa.

Tal fato se esclarece a partir do novo questionamento, o qual procurou saber quais são os produtos oriundos do pequi comercializados na feira da 304 Sul, onde apenas 14,3% comercializa o óleo, os demais, 85,7% comercializam o produto *in natura*.

Gráfico 4: produtos oriundos do pequi comercializados na feira da 304 Sul



Fonte: Pesquisa de Campo.

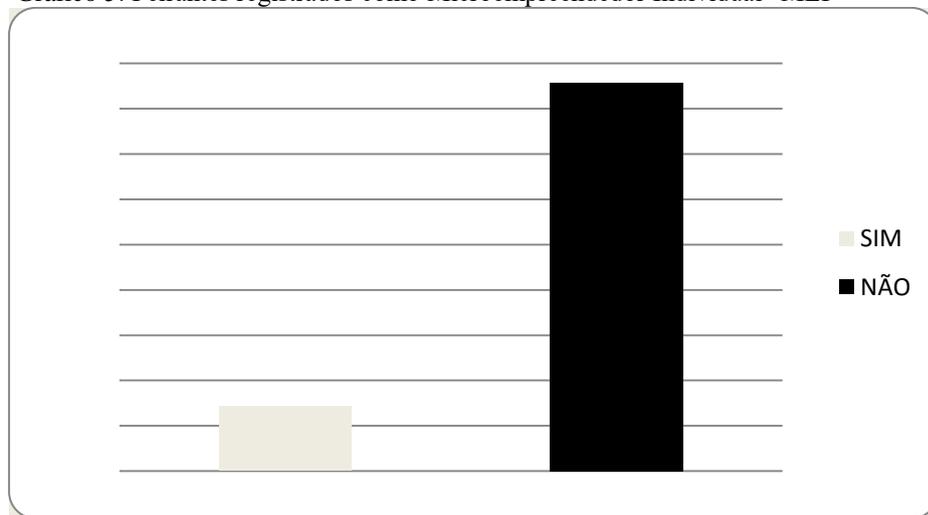
A resposta do questionamento seguinte se mesclou à anterior por se tratar da comercialização dos produtos relacionados à pergunta anterior, ou seja, o índice de comercialização dos produtos é proporcionalmente igual aos da venda.

Ao questionar os feirantes que comercializam o pequi ou subprodutos do mesmo quanto aos processos de produção como secagem do caroço, lavagem da polpa, fervura, salmoura, armazenamento ou se os mesmos não tem conhecimento quanto aos processos que o pequi se submete até o processo de comercialização, ambos foram unânimes em responder que não tinha nenhum conhecimento quanto a tais procedimentos, fato que pode estar associado à coleta e comercialização rusticamente do produto comercializado na feira da 304 Sul.

Diante da falta de conhecimento quanto aos processos que o pequi pode ser submetido, questionou-se se os entrevistados teriam cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ e, apenas 14,3% dos entrevistados apontaram que sim. Resposta que evidencia a pouca perspectiva do feirante em ir além da feira, ou seja, sem progredir para outra ramificação comercial.

O apontamento se faz pertinente ao perceber que somente 14,3% afirmam ter registro como Microempreendedor Individual “MEI”, como se pode observar no gráfico abaixo.

Gráfico 5: Feirantes registrados como Microempreendedor Individual “MEI”



Fonte: Pesquisa de Campo.

Apesar dos feirantes deixarem claro que o pequi não seria o único produto comercializado pelos mesmos, procurou-se saber sobre o tempo que os mesmos comercializam o pequi ou possíveis derivados na feira da 304 Sul, obtendo repostas que 70% da amostra está comercializando a pequi a mais de 10 anos.

Para que se entendesse as dificuldades e potencialidades da comercialização do pequi pelos feirantes, procurou-se saber como ou qual é a logística envolvida desde o processo de coleta do pequi até a sua venda aqui na Feira 304 Sul. Segundo informações obtidas, 85,7% dos mesmos fazem o transporte do local de coleta até a referida feira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as discussões em torno do pequi e seus derivados. Discussões estas que motivaram uma pesquisa de campo junto aos feirantes que comercializam o pequi na feira livre da 304 Sul, a qual proporcionou a realidade das famílias que buscam, no pequi, uma alternativa de renda para resolução de problemas financeiros em determinado período do ano.

Tal informação se consolida a partir do resultado das entrevistas aplicadas junto aos feirantes que comercializam o pequi na feira livre supracitada. Percebe-se que, apesar de se tratar de um fruto do cerrado brasileiro, que abrange outros estados, o pequi comercializado na feira da 304 sul é proveniente em sua grande maioria do Estado do Tocantins, com aproximadamente 85,7% .

Apesar do entendimento quanto ao conceito de cadeia produtiva e a análise do pequi como objeto de estudo na feira da 304 sul, percebe-se que a mesma se dá de uma forma mais simplificada, limitando-se à coleta do produto *in natura*, feita pelos próprios feirantes, transporte e comercialização na feira livre pelo próprio coletor, sendo a única exceção, uma banca que comercializava o óleo do pequi, produto oriundo dos estados do Piauí e Bahia.

O trabalho, nesse contexto, evidenciou que, apesar de se tratar de um produto típico da região, a comercialização do produto se dá de forma *in natura*, onde, o único produto industrializado vinha de estados vizinhos, deixando clara a carência do Tocantins no processo de industrialização de Produtos florestais Não Madeireiros – PFNM.

Faz-se necessário, assim, a criação ou implementação de políticas públicas que venham incentivar ou fortalecer a industrialização de tal produto no estado Tocantinense, fazendo da potencialidade uma realidade de crescimento comercial e, conseqüentemente, da valorização de um produto tão procurado pela população em feiras livres da capital tocantinense.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Sandra Regina; ANGELO, Humberto; ALMEIDA, Alexandre Nascimento de. Caracterização da produção de pequi em Japonvar – MG. FLORESTA, Curitiba, PR, v. 45, n. 1, p. 49 - 56, jan. / mar. 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/floresta/article/viewFile/33987/24806>>. Acesso em: 24 maio 2020

ALMEIDA, Mansueto. **Cenário econômico-político do Brasil: momento atual e perspectivas.** 2015. Disponível em: <http://www.unimed.coop.br/portal/conteudo/materias//1441051379020Mansueto_Almeida.pdf> Acesso em: 17 Abr. 2020

ARAGUAIA, Mariana. **"Pequi"; Brasil Escola.** Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/frutas/pequi.htm>>. Acesso em 06 Nov. 2019

BATALHA, M. Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas, 1997.

BENTES-GAMA, Michelliny de Matos. **Recursos florestais não madeireiros – experiência e novos rumos em Rondônia.** – Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2006.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COELHO, Leandro Callegari. **Entendendo o que são cadeias produtivas.** In. MANAGEMENT, Supply Chain. A cadeia de suprimentos na logística. 2010. Disponível em: <https://www.logisticadescomplicada.com/entendendo-o-que-sao-cadeias-produtivas/>. Acesso em: 29 Nov. 2019

CALDERON, Rafael de Azevedo. **Mercado de produtos florestais não madeireiros na Amazônia brasileira.** Brasília: BCUB, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14318/1/2013_RafaeldeAzevedoCalderon.pdf>. Acesso em: 17 Abr. 2020

FIEDLER, Nilton César; SOARES, Thelma Shirlen; SILVA, Gilson Fernandes. **Produtos Florestais Não Madeireiros: Importância e Manejo Sustentável da Floresta.** Revista

Ciências Exatas e Naturais, Vol.10 nº 2, Jul/Dez 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/SEMUS/Downloads/712-3202-1-PB%20(8).pdf>. Acesso em: 27 maio 2020

GULIAS, Ana P. S M, et al. Cadeia produtiva do pequi (caryocar brasiliense cambess.) No município de Damianópolis – GO. In: IX Simpósio Nacional Cerrado e II Simpósio Internacional de Savanas Tropicais, 2008, Brasília-DF, Anais... Brasília: Simpósio, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/ELIANE/Downloads/Cadeia-produtiva-do-pequi-(Caryocar-brasiliense-Cambess)-no-município-de-Damianópolis--GO.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Produtos florestais não-madeireiros: Processamento, coleta e comercialização.** 1998. Disponível em:< ftp://ftp.ufv.br/def/disciplinas/enf344/ProdutosFlorestaisN%E3oMadeireiros.pdf> . Acesso em: 15 Abr. 2020

KREIN, André E. B.; ARAÚJO, Angela M. C. **Informalidade e relações de gênero a partir da década de 2000.** In V Simpósio Internacional SITRE. Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade. Anais - 2014 V SITRE - ISSN 1980 – 685X. Disponível em: <http://www.sitre.cefetmg.br/arquivos/gt07.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico:** Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalho científico. 7.ed. 5 reimpr. São Paulo: atlas, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Brasília, MDA, 2009. Disponível em:< http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDADE-_julho-2009.pdf> Acesso em> 17 Abr. 2020

PALMAS, Prefeitura Municipal de. **Palmas 27 anos: Cultura das feiras municipais é uma das particularidades marcantes da capital tocantinense.** 2016. Disponível em: <http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/agricultura/noticia/1502694/palmas-27-anos-cultura-das-feiras-municipais-e-uma-das-particularidades-marcantes-da-capital-tocantinense/>. Acesso em: 29 maio 2020

PEREIRA, Antônio Carlos. **Frutas nativas do Tocantins com potencial de aproveitamento econômico.** Palmas: UNITINS, 2015.

PERES, Thiago Brandão. **INFORMALIDADE: Um conceito em busca de uma teoria.** Revista da ABET, v. 14, n. 2, Julho a Dezembro de 2015 . Disponível em: <file:///C:/Users/SEMUS/Downloads/27956-60465-1-SM.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020

QUARESMA, Valdete Boni e Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255603/mod_resource/content/0/Aprendendo_a_entrevistar.pdf> Acesso em: 06 Nov. 2019

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **O cultivo e o mercado do pequi.** 2016. Disponível em:<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-cultivo-e-o-mercado-do-pequi,0966438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>> Acesso em: 17 Abr. 2020

SHANLEY, Patricia Além da Madeira: certificação de produtos florestais não-madeireiros/Por Patricia Shanley, Alan Pierce e Sarah Laird. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005. Disponível em: <http://www.cifor.org/publications/pdf_files/books/BShanley0601.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020

SILVA, Daniella Menezes da. Análise do Ambiente Organizacional e Institucional. Brasília – DF. 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3871/1/2011_DaniellaMenezesdaSilva.pdf> Acesso em: 10 maio 2020

TALISMÃ, Prefeitura Municipal de. **Pequi.** Disponível em: <<http://www.talisma-to.com.br/pequi/tudosobrepequi.htm>>. Acesso em: 30 maio 2019

ULYSSEA, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro:** uma resenha da literatura. Revista de Economia Política, v. 26, n. 4 (104), p. 596-618, 2006.

VERGARA, S.C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.